

OMS alerta para alta nos casos de resistência do vírus HIV

Relatório chama a atenção para as mutações do vírus. De acordo com médico especialista, tomar os remédios de forma errada é a maneira mais comum de criar uma versão resistente às drogas

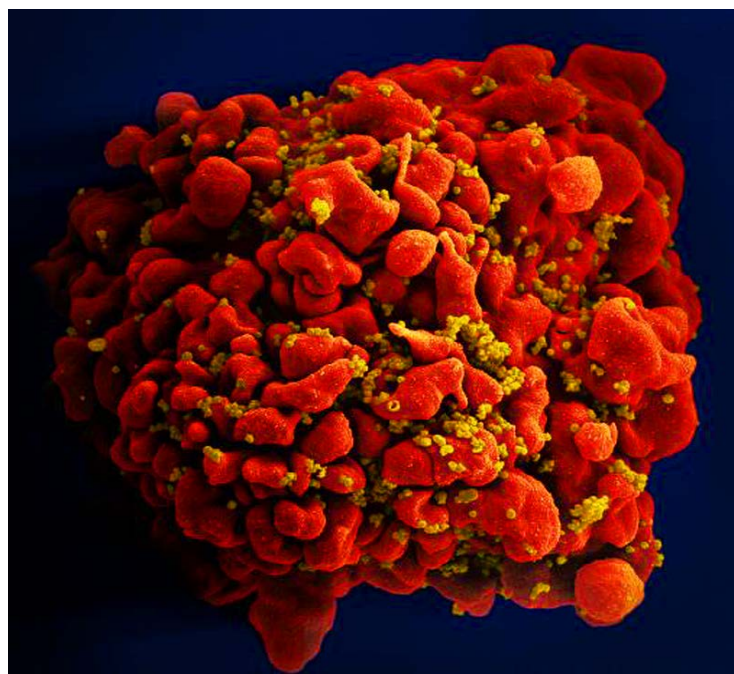
National Institute of Allergy and Infectious Diseases (NIAID)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta para uma tendência crescente de resistência do vírus HIV às drogas disponíveis. O órgão divulgou na última quinta-feira (20) um novo relatório com base em estudos. O texto destaca que em seis dos 11 países pesquisados na África, Ásia e América Latina mais de 10% das pessoas que começaram o tratamento antirretroviral tinham uma cepa do vírus resistente a medicamentos do mercado.

O Brasil está na lista dos países com registro de resistência do vírus em novos pacientes, mas com índice menor que 10% - por enquanto, foram reportados 1.391 casos. A organização diz que o crescimento dessas taxas, mesmo que ainda lento, poderia minar o progresso internacional no tratamento e prevenção da doença.

A resistência do HIV é causada por uma mutação em sua estrutura genética, o que impede o bloqueio da replicação do vírus pelo remédio e o tratamento se torna ineficaz. Todos os medicamentos existentes contra vírus hoje correm o risco de se tornar parcialmente ou totalmente insuficientes contra a doença.

O médico especialista e pesquisador da Faculdade de Medicina da USP, Esper Kallas, diz que ter uma versão resistente do vírus é um alerta, mas



Célula infectada por partículas do vírus HIV, anexas à superfície

não é motivo para pânico: o HIV pode se tornar resistente a um tipo de remédio, mas resta uma cartela grande disponível. Segundo ele, são mais de 20 tipos de pílulas contra a doença.

A Organização Mundial da Saúde classificou os tipos de resistência:

Resistência adquirida quando mutações ocorrem em

indivíduos que já recebem as drogas;

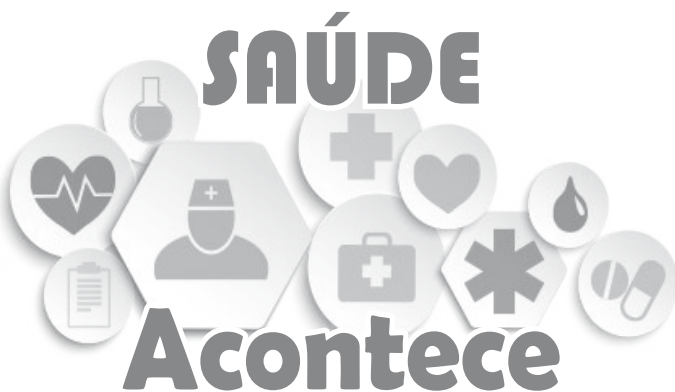
Em pessoas que não tem histórico de ingestão de medicamentos do HIV e são infectadas por versões mais resistentes;

Em pacientes com exposição prévia aos remédios, iniciando ou reiniciando o tratamento: mulheres expos-

tas aos medicamentos para prevenção da transmissão do HIV de mãe para filho; pessoas que receberam Profilaxia Pré-Exposição, ou pessoas que reiniciaram o tratamento após interrupção.

Mas o que torna um tratamento ineficaz ou faz um vírus criar uma mutação contra alguns remédios? De acordo com a OMS e com Kallas, a resistência ao HIV se desenvolve quando as pessoas não seguem o tratamento prescrito - esquecem de tomar no dia e horário certo e/ou pulam etapas, como também acontece com o combate às bactérias. A organização diz que esses pacientes podem transmitir os vírus resistentes para outras pessoas. "Quem é que passa um vírus resistente para outra pessoa? É uma pessoa que não está se tratando direito", diz Kallas.

Das 36,7 milhões de pessoas que convivem com o HIV em todo o mundo, 19,5 milhões têm acesso a algum tipo de terapia antirretroviral. Uma tendência crescente de resistência às drogas da doença pode levar a mais infecções e mortes. Um modelo matemático da OMS prevê um adicional de 135 mil óbitos e 105 mil novas infecções nos próximos cinco anos, caso novas medidas não sejam tomadas. O custo adicional pode chegar a US\$ 650 milhões.



A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO

O ato de levar uma criança para vacinar traz resultados não só para ela, mas para toda a sociedade. "A proteção se divide em dois pontos: a individual, que garante que a pessoa não terá a doença, e a indireta, quando a maioria da população é vacinada e aqueles que não foram se beneficiam da proteção alcançada com os que foram vacinados. Ou seja, os benefícios se estendem aos não vacinados", avalia Renato Kfourri, vice-presidente do Departamento de Imunizações da Sociedade de Pediatria de São Paulo (SPSP).

Além dos pais, a proteção das crianças também é um dever do Estado. Para tanto, o Ministério da Saúde tem orientações para que toda a sociedade fique em dia com a vacinação dos pequenos, além de promover campanhas anuais com o oferecimento de doses gratuitamente contra doenças que podem causar danos irreversíveis à saúde ou até levar ao óbito.

A vacina é o meio mais eficaz de proteção contra certas doenças infecciosas e age estimulando o sistema imunológico a produzir anticorpos para combater essas enfermidades. Muitos males que são cobertos por esse sistema de imunização estão erradicados no Brasil, mas isso não significa que é possível deixar de vacinar as crianças.

"Proteger é um ato de cidadania, é responsabilidade social, além de ser um controle da saúde pública e, com isso, diminuir os gastos do Estado na área", defende Renato Kfourri. Mas vem aumentando o número de grupos de pais que são contra a vacinação, seja por medo, falta de informação ou preceitos religiosos, com pouca ou nenhuma base científica, o que acarreta na diminuição de crianças imunizadas no País.

Para o médico, a principal razão para esses movimentos anti-vacinação é o sucesso das próprias vacinas. "Desaparecem doenças como rubéola, sarampo, caxumba, pólio, por exemplo, então a percepção de risco desaparece. Os pais não se dão conta da ação continuada da vacina. Se reduzir a imunização, surtos e epidemias das doenças podem voltar, pois são criados ambientes propícios para o ressurgimento delas e os riscos de elas voltarem são reais", explica.

"É preciso estimular e orientar a população, oferecer horários alternativos nos postos de saúde para que todos possam ter opções", reforça Renato Kfourri, lembrando que os pais que deixam de vacinar os filhos não sofrem punições porque a lei não os obriga. Os postos de saúde abrem no horário comercial e, infelizmente, alguns sofrem com o desabastecimento de doses.

Segundo o médico, todas as vacinas disponibilizadas gratuitamente são imprescindíveis e os riscos com efeitos colaterais são pequenos comparados aos benefícios. Ele alerta também para os mitos, que atuam na contramão das campanhas de vacinação. "As reações, os efeitos colaterais, associados às razões filosóficas e religiosas e questões éticas, são alguns destaques contra a imunização. Quando alguém toma a vacina e logo depois tem um problema de saúde, fica difícil não associar o surgimento da doença com a vacinação", declara. "Os benefícios suplantam os riscos, pois as reações às vacinas são eventos transitórios e, por isso, é tão importante a informação para os pais", alerta Kfourri.

NOTÍCIAS DA ENFERMAGEM



CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM

CONDEPE 2018 traz aprimoramento em simulação realística

Nos dias 3 e 4 de abril de 2018, o Transamerica ExpoCenter, em São Paulo, será palco do Congresso de Desenvolvimento Profissional em Enfermagem - CONDEPE 2018. A partir de uma proposta teórico-prática, o evento dará aos profissionais interessados a oportunidade de se atualizar com os estudos e avanços mais recentes da área.

Um dos exemplos entre as novidades trazidas pelo CONDEPE 2018 é a Simulação Realística, o mais avançado método de treinamento, apoiado por tecnologia, para garantir a segurança no processo de assistência ao paciente. Essa metodologia será apresentada pela Dra. Ariadne da Silva Fonseca, doutora em Enfermagem pela UNIFESP e gerente do IAP (Instituto de Aperfeiçoamento Profissional e Simulação para rede de hospitais São Camilo), que utilizará de palestras e simulações.

"A simulação realística é uma metodologia de ensino que eu tenho utilizado com os profissionais para que possamos rever processos ou técnicas em um ambiente simulado, muito próximo do real, daquilo que eu encontro no meu dia a dia no cuidado com o paciente. Essa metodologia é utilizada por meio de manequins, que simulam situações muito próximas do real, como, por exemplo, chorar, falar, piscar os olhos e convulsionar. Temos usado simulação realística, não só de um profissional individual, mas de toda a equipe, para que, na hora que for prestado o atendimento na vida real, estejamos treinados e capacitados para isso", explica a especialista.

Indústria prevê substituição de cigarro tradicional por eletrônicos

Principal empresa internacional de tabaco defende que estratégia garante redução de danos. Uso de dispositivos eletrônicos também traz riscos para a saúde, segundo especialistas

A prevalência de fumantes no Brasil e no mundo vem caindo a cada ano. Segundo um estudo publicado pela revista "Lancet", a parcela de homens fumantes no país caiu de 29%, em 1990, para 12%, em 2015; entre as mulheres, o índice foi de 19% para 8%. Diante dessa tendência, seria plausível imaginar um futuro sem cigarro, produto que mata ainda hoje mais de 7 milhões de pessoas por ano, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Esse futuro é o que a própria indústria do tabaco está começando a vislumbrar. Ao menos, um futuro sem o cigarro que conhecemos hoje. Reconhecida como a principal empresa internacional de tabaco do mundo, a Philip Morris International (PMI) tem anunciado o planejamento de um futuro "smoke-free", em que a produção de cigarro seria gradualmente abandonada e substituída por dispositivos eletrônicos para fumar.

"A Philip Morris defende um futuro sem fumaça e está fazendo esforços significativos para acelerar a transição do cigarro convencional para outras formas menos nocivas de produtos de tabaco", afirmou, em entrevista por e-mail, o diretor de assuntos corporativos da Philip Morris Brasil, Fernando Vieira.

O IQOS, um dispositivo da PMI que aquece o tabaco em vez de queimá-lo, já é vendido em 23 países, entre eles Alemanha, Canadá, Colômbia, Portugal, Espanha e Reino Unido (veja o infográfico para entender como funciona). O plano é que chegue até 35 mercados até o fim de 2017.

Segundo Vieira, a empresa tem investido para "desenvolver novos produtos potencialmente menos nocivos que possam substituir o cigarro convencional, conhecidos como produtos de risco reduzido".

Empresa líder no mercado legal de cigarros no Brasil, a Souza Cruz também sugere a possibilidade de incluir cigarros eletrônicos em seu portfólio. Em nota enviada por e-mail, a empresa afirmou que "defende um amplo debate com a sociedade civil sobre a proibição de comercialização dos produtos de próxima geração, incluindo comunidade científica, reguladores, ONGs, consumidores e varejistas, uma vez que estes produtos já são uma realidade no mundo".

Até o momento, a venda, importação e propaganda de qualquer dispositivo eletrônico para fumar são proibidas pela Agência Nacional de Vigilância em Saúde

(Anvisa), segundo a Resolução RDC 46/2009.

Risco reduzido? A indústria do tabaco anuncia os dispositivos eletrônicos como uma alternativa menos nociva ao cigarro tradicional. Mas que evidências científicas existem de que esses produtos realmente impõem um risco menor à saúde?

A médica Stella Regina Martins, especialista em dependência química do Programa de Tratamento ao Tabagismo do Instituto do Coração da Faculdade de Medicina da USP (Incor), afirma que existe, atualmente, uma divisão mundial entre os especialistas em controle do tabagismo. Um grupo acredita que o cigarro eletrônico poderia ser usado como estratégia de redução de danos. Outro grupo, no qual ela se inclui, é mais cauteloso e defende a manutenção da proibição do produto.

Stella coordenou a elaboração do livro "Cigarro eletrônico: o que sabemos?", publicado em 2016 pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), para o qual fez uma extensa revisão de estudos já existentes. "Até o momento, não há evidência científica consistente de que o cigarro eletrônico seja uma alternativa mais segura para quem não quer parar de fumar ou de que o produto vá ajudar as pessoas que querem deixar o cigarro", conclui a especialista.

Uma vantagem dos dispositivos eletrônicos, segundo Stella, é que, por não envolver combustão, ele não produz o monóxido de carbono, fator de risco para infarto. Além disso, alguns compostos tóxicos aparecem em quantidades reduzidas em relação ao cigarro tradicional. "Por outro lado, outras tantas substâncias que não existem no cigarro tradicional aparecem no cigarro eletrônico", afirma.

Para ela, diante do atual cenário de queda de fumantes no país e da disponibilidade de tratamentos consolidados contra o tabagismo disponíveis inclusive no Sistema Único de Saúde (SUS), não faria sentido introduzir um novo produto de tabaco no país, com potencial para atrair novos consumidores.

Estudo pioneiro no Brasil Esta também é a opinião da médica Jaqueline Scholz, coordenadora da área de cardiologia do Programa de Tratamento ao Tabagismo do Incor. Ela está desenvolvendo um dos primeiros estudos brasileiros com pacientes para avaliar o impacto do cigarro eletrônico na saúde. Apesar de o trabalho ainda estar no início, a



Uso de dispositivos eletrônicos também traz riscos para a saúde, segundo especialistas



IQOS é o dispositivo eletrônico de tabaco aquecido desenvolvido pela Philip Morris

avaliação dos primeiros voluntários já revelou que os usuários de cigarro eletrônico continuam consumindo quantidades de nicotina semelhantes às que consumiam quando usavam o cigarro tradicional: só substituem uma forma pela outra.

Pessoas que fumavam, por exemplo, 10 cigarros por dia, passaram a consumir cerca de 10 ml da substância que contém nicotina usada como refil dos cigarros eletrônicos. Quando se faz o exame de ponta de dedo, a quantidade de nicotina encontrada nos usuários das duas formas de cigarro é semelhante.

O estudo coordenado por Jaqueline está focando no impacto do dispositivo na saúde bucal. Estudos anteriores afirmam que uma temperatura a partir de 60 graus já é suficiente para provocar lesões celulares na boca. O cigarro eletrônico, apesar de atingir uma temperatura menor do que o cigarro tradicional, pode chegar a até 350 graus.

Adultos que fazem uso exclusivo de cigarro eletrônico podem se candidatar para serem voluntários da pesquisa do Incor pelo telefone (11) 2661-5592.

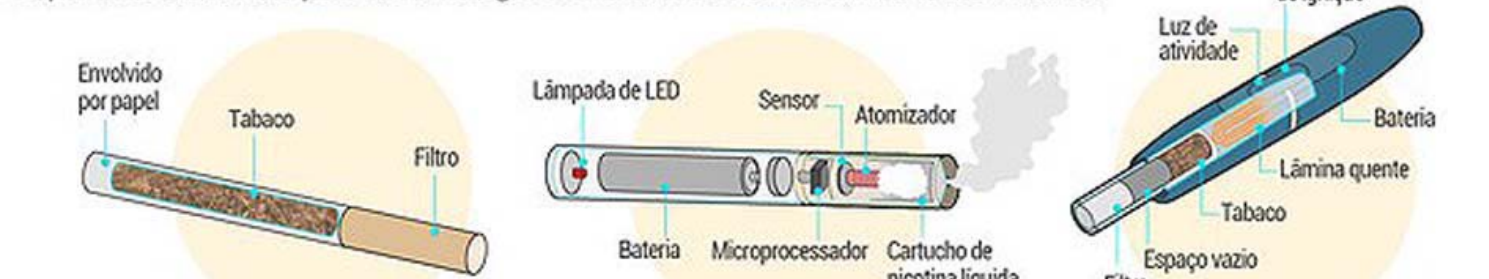
Atrativo para jovens

Os especialistas alertam para o perigo de a tecnologia dos dispositivos eletrônicos servir de atrativo para o público jovem, que já vinha se desinteressando dos cigarros tradicionais. "Essa é a grande jogada da indústria: criar um produto novo e atrativo porque o produto cigarro está em decaimento de novos usuários em vários lugares do mundo", diz Jaqueline.

"É característico dessa faixa etária querer experimentar coisas diferentes e se expor a riscos", diz Stella. A sofisticação tecnológica e os aromas e sabores diferentes são alguns dos principais atrativos dos cigarros eletrônicos para o público jovem. No Brasil, porém, a Anvisa afirma que não há previsão de revisar a regra que proíbe os dispositivos.

Fumaça x Vapor

Dispositivos eletrônicos para fumar não geram monóxido de carbono, mas contêm toxinas



Método	Cigarro tradicional	Cigarro eletrônico	Tabaco aquecido
Queima do tabaco	Sim	Não	Sim
Temperatura	600°C	350°C	300°C
Monóxido de carbono?	Sim	Não	Não
Nicotina?	Sim	Sim	Sim

APOIO

APM ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA

COLUNA SAÚDE ACONTECE

Perguntas e sugestões podem ser enviadas para acontece@acontecenoticias.com.br ou para a Avenida Pompeia, 634, conj. 401 - São Paulo, SP - CEP 05022-000